

NOTAS E INFORMAÇÕES

Que triunfe o bom senso

Na próxima terça-feira, o embaixador Jório Dauster estará de novo reunido com o comitê de assessoramento, levando-lhe a resposta do governo brasileiro à proposta apresentada pelos credores anteontem. Pelo que a ministra da Economia declarou ao *Estado*, o negociador brasileiro apresentará uma contraproposta à contraproposta dos credores. O processo de negociação está, assim, em curso, pelo fato — que não pode deixar de ser ressaltado — de que o bom senso tomou assento na mesa em que se reúnem os membros da “irmandade da Economia”.

O bom senso (que impôs a não-votação da resolução nacionalista no Senado) não se sentou na mesa dos “irmãos” sem motivos de peso. Uma delas, como vinha se tornando claro havia algum tempo e agora é público com as declarações do ex-ministro Mário Henrique Simonsen, é o fato de os bancos credores, como Stalin aplicava sua “política do salame”, estarem asfixiando lentamente o comércio exterior brasileiro e, mais que isso, dando passos (sempre pequenos a fim de não assustar) para deixar as filiais de bancos brasileiros no Exterior em má situação. Como se temia, estão simplesmente cortando ou restringindo os empréstimos de curto prazo ou aumentando os juros sobre eles incidentes. O resultado é que o Banco Central do Brasil tem de sustentar os bancos brasileiros (aliás, seus credores) me-

dante a transferência de cambiais para o Exterior, o que compromete cada vez mais as reservas e a capacidade de resistência no jogo do “vencer ou vencer”.

Outro fato parece ter sido a tomada de consciência pelo presidente Fernando Collor de que em Tóquio correria o risco de ser tratado como um chefe de Estado qualquer, se seu governo não fizesse alguma coisa em relação aos juros devidos aos bancos e às empresas japonesas.

A viagem, desta feita, produziu bons efeitos antes mesmo de se realizar: permitiu que a “irmandade” decidisse examinar a contraproposta dos credores, dispondo-se a sentar-se de novo na mesa para — esta é a palavra — *apressar* as negociações. Bem pesadas as palavras, o bom senso pôde sentar-se na mesa porque há pressa do Executivo em chegar a um acordo com o FMI que lhe permita liberar o crédito stand by de US\$ 2 bilhões, abrindo caminho para novos aportes de capital do Banco Mundial e dos japoneses — indispensáveis para acelerar os programas de renovação tecnológica e a política industrial, além de, com o evidente desafogo no balanço de pagamentos, criar condições para enfrentar em melhor posição a hidra da inflação.



Em sua proposta, os credores não se mostraram delicados, muito pelo contrário. Em vez de reclamar cerca de US\$ 2,5 bilhões de juros atrasados a ser pagos imediatamente, querem cerca de US\$ 3,4 bilhões. Não é de espantar, porém, o desejo deles de receber mais. Os que vão a Nova York para negociar haviam alardeado que os representantes dos credores estavam preocupados com suas posições de executivos dos bancos e não com a primeira proposta brasileira. Sucedeu que a observação irônica reproduzia a realidade. Tanto estão preocupados não só com sua situação, como executivos, quanto com a dos bancos, eles próprios, que os representantes dos credores pediram alto. E se deve esperar que não reduzam demais o pedido.

É difícil a um devedor soberbo, como é a atitude do governo brasileiro desde o período Funaro-Sarney (exceto no de Mailson da Nóbrega), obter boas condições de um credor em situação desconfortável por uma série de circunstâncias. Tanto mais quanto nos computadores do Banco Central, feitas as contas do superávit (que está diminuindo), das transferências para Estados e municípios e da reserva técnica para as reservas cambiais, sobrarão apenas US\$ 1 bilhão para iniciar o pagamento

dos US\$ 9 bilhões em juros que estarão acumulados até dezembro. Essa é situação difícil de deslindar, mas deve ser resolvida.

Deve ser resolvida, antes de mais nada, porque os credores (não nos referimos apenas aos bancos estrangeiros, mas também a outras empresas comerciais) no Exterior estão perdendo a paciência com o Brasil — que o diga o Lloyd, que teve arrestado por decisões judiciais dois de seus melhores navios. Os bancos norte-americanos estão em má situação sem dúvida. O Brasil lhes deve, é inegável. A solução que os bancos, todos, encontraram até agora foi forçar o País com o sufoco do curto prazo. Seguramente, porém, haverá outras maneiras de resolver uma situação tão delicada quanto esta. Afinal, desde que a “irmandade” e o presidente da República esqueçam o nacionalismo ultrapassado que os conduziu até agora na relação com os credores, será possível reconhecer que o Brasil ainda é importante para a comunidade de negócios mundial e o próprio governo norte-americano.

Na próxima semana, poderá se ver se o bom senso triunfou não só em Brasília, mas também em Nova York. Ou se o que nos espera no próximo ano é o confronto inútil, estúpido e contraprodutivo para um mundo que, embora em transformação, exige tranquilidade e estabilidade institucional num país como o Brasil, na retaguarda dos Estados Unidos.